



Minervino Júnior/CB/D.A Press



## Na diretoria

Paula Belmonte (Cidadania) chega à Câmara Legislativa com disposição para disputar a Presidência da Casa. No mínimo, um lugar na Mesa.

## Derrota na matemática

Com 23.243 votos, o deputado Rodrigo Delmasso (Republicanos) foi o 10º deputado mais votado e não se elegeu. Ficou na suplência de Martins Machado (Republicanos) que conquistou 31.993 votos. Cláudio Abrantes (PSD) e Reginaldo Sardinha (PL) tiveram respectivamente 20.254 votos e 20.107 votos e ficaram em 16º e 18º e também estão na suplência. É a matemática do coeficiente eleitoral.

Ed Alves/CB/D.A Press



## Se...

O deputado Agaciel Maia (PL) também ficou na suplência. Se tivesse sido eleito, seria nome forte para disputa à Presidência da Câmara Legislativa.

Reprodução/Instagram



## Na terra de Lula

No estado onde o ex-presidente Lula teve 69,73% dos votos, o cantor Netinho da Bahia, que é bolsonarista roxo, não se elegeu. Ficou na suplência. Teve 31.448 votos, na disputa a uma vaga de deputado federal pelo PL, partido do presidente Jair Bolsonaro.

# Oposição pronta base em construção

Câmara Legislativa/Divulgação



A oposição ao governador Ibaneis Rocha (MDB) na próxima legislatura da Câmara Legislativa tem sete deputados: Fábio Félix e Max Maciel, do PSol; Chico Vigilante, Ricardo Valle e Gabriel Magno, do PT; Dayse Amarílio, do PSB; e Paula Belmonte, do Cidadania. Ibaneis Rocha (MDB) conta com 17 deputados. Mas essa é uma base que precisa ser consolidada. O governador deverá se sentar com cada um. Só vai entrar na disputa da Mesa Diretora da Câmara na reta final.

## Aposta certa

Eleita deputada distrital pelo PSB, Dayse Amarílio, ex-presidente do Sindicato dos Enfermeiros e representante dos profissionais que atuaram na linha de frente no combate à covid, chegou a ser cotada para vice de Rafael Parente (PSB). Ela não foi porque estava engajada na campanha a distrital. Apostou certo. Teve 11.012 votos e conquistou o mandato.

PSB/Divulgação

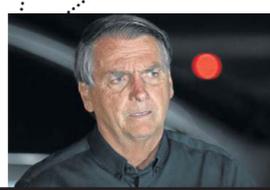


"Quem tem uma gota de sangue nordestino não pode votar nesse sujeito. Os nordestinos estão em todo o Brasil, trabalham e constroem esse país. Que Bolsonaro busque o voto da turma da rachadinha do Queiroz"

Ex-presidente Lula

"Não caiam em narrativas que tentam nos colocar contra nossos irmãos do nordeste. A esquerda divide para conquistar. Já tentaram com negros, mulheres, indígenas, etc. Agora tentam com nordestinos, para abafar conquistas como a Transposição do São Francisco, que nós concluímos"

Presidente Jair Bolsonaro



Ed Alves/CB/D.A Press



## Damara mergulha no segundo turno

A senadora eleita Damara Alves vai se engajar na campanha à reeleição do presidente Jair Bolsonaro (PL). Ela vai integrar um núcleo de mulheres que vai trabalhar para reduzir a rejeição a Bolsonaro no eleitorado feminino. A primeira-dama, Michelle Bolsonaro, coordenará as ações do grupo que também contará com a participação da senadora eleita Tereza Cristina (PP-MS), Bia Kicis (PL-DF) e Carla Zambelli (PL-SP), deputadas federais reeleitas.

## Primeiro a prestar contas

O deputado eleito Thiago Manzoni (PL) foi o primeiro candidato a entregar a prestação de contas das eleições de 2022 à Justiça Eleitoral. Manzoni declarou que recebeu R\$ 150.792,64 para a campanha eleitoral, sendo R\$ 80.792,64 (53,58%) de recursos privados e R\$ 70.000 (46,42%), públicos. O presidente do TRE-DF, Roberval Belinati, tem advertido: "Quem não apresentar as contas ficará inelegível, não poderá se candidatar nas próximas eleições, e ainda poderá ser condenado pela Justiça Eleitoral a devolver os recursos públicos ou privados recebidos para a campanha eleitoral, além de sofrerem pesadas multas".

CLDF/Divulgação



## Bate-papo

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF) presidia a sessão do Senado, ontem, quando começou a bater um papo com as pessoas na galeria, sem o formalismo natural. De lá, perguntavam e ele respondia. Prometeu uma solução para o piso dos enfermeiros.

Reprodução/Senado



Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos\_cb



Todas as candidaturas eram de partidos de esquerda. Com desconhecimento da população, esses postulantes não vingaram nas eleições, e a expectativa é de que regulamentação pode mudar o cenário

# Mandatos coletivos fracassam

» PABLO GIOVANNI\*

Com a definição dos brasileiros, que foram às urnas em 2 de outubro escolher seu candidato à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) para a próxima legislatura, o cenário dos 24 nomes eleitos traz uma peculiaridade que se desenhou em praticamente todo o território nacional: a ausência de mandatos coletivos entre os vencedores. Especialistas ouvidos pelo *Correio* destacam que a preferência dos eleitores brasileiros por nomes consolidados na política local e a falta de interesse do mesmo eleitor ofuscam o crescimento dessas candidaturas, que são majoritariamente de partidos de esquerda.

No DF, o resultado do primeiro turno mostrou que a aprovação de Ibaneis Rocha (MDB) é predominante. Para o cientista político André Rosa, essa aceitação influenciou diretamente os eleitores na hora de escolher o candidato. Não só porque o bolsonarismo e a direita aparenta ser estável, mas as candidaturas com "várias cabeças" não caiu na graça do brasileiro. "Como o Ibaneis foi reeleito no primeiro turno, ele conseguiu influenciar pessoas a votarem nos

nomes dele na CLDF", analisa.

O especialista também crê que a popularidade do candidato à reeleição Jair Bolsonaro (PL), que venceu em 18 das 19 seções eleitorais no DF, seja fator que também influenciou o voto do eleitor — mais do que Ibaneis — a escolher o candidato. Por estarem em "dobradinha", este também seria um elemento para que a esquerda não alavancasse nomes, principalmente de mandatos coletivos. "Nesse momento, não consigo vislumbrar que essas candidaturas (mandatos coletivos) alavanquem na política do DF, porque o desempenho da esquerda, apesar de ter elegido os três mais votados, ainda é tímido. Ibaneis e Bolsonaro têm grande popularidade e, além dos nomes da esquerda, esses mandatos coletivos, que são considerados 'novidades', não tiveram chance com os candidatos da dupla", pontuou.

## Sem resultados

Em levantamento do *Correio*, ao menos seis candidaturas apostaram nesse modelo de participação compartilhada na disputa à Câmara Legislativa, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Instagram/Reprodução



Coletivo Comuns e Prof. Elias disputou uma vaga na CLDF e conseguiu 3.030 votos

Desses registros, todas as candidaturas foram de partidos de esquerda. Assim como André Rosa, o cientista político André César considera que a falta de incentivo e instigação dos tribunais regionais e do TSE sobre candidaturas de mandatos coletivos, além da crescente da direita no DF favoreceram o cenário negativo nas urnas desse modelo. "Pareceu que os mandatos ficaram meio 'jogados'. O modelo, vale lembrar, ainda não é regulamentado,

sacramentado. Caberia à Justiça Eleitoral resolver isso. Talvez também tenha faltado o tato e o interesse dos partidos políticos de esquerda com essas candidaturas, que ficaram mais centralizados em nomes consagrados. Mesmo que os três principais nomes mais votados sejam de esquerda, os mandatos coletivos e a própria esquerda pouco avançou. Enquanto isso, a direita cresceu, e essa é uma realidade", analisou.

## Desconhecimento

Para o candidato a distrital professor Elias, da candidatura do Coletivo Comuns e Prof. Elias (PCdoB), da federação PT-PV-PCdoB, toda novidade demanda de um tempo para a população entender. A candidatura contou, ao todo, com 24 pessoas, e o tempo percorrido pelas regiões administrativas do DF foram mais para explicar à população

como se tratava um mandato coletivo. "O eleitor quer um candidato para chamar de seu, chamando-o de animal de estimação, porque vai trabalhar todas as pautas que ele entende necessárias na CLDF. Não está errado, mas o mandato coletivo traz que várias pessoas podem também suprir as demandas, porque são várias frentes. Porém, grande parte da população não faz a mínima ideia do que se trata o mandato", alegou.

Prof. Elias, que encabeçou o modelo de participação compartilhada, pontuou que, caso seja do interesse do TSE a regulamentação dos mandatos, o modelo tende a ser o futuro da eleição. Porém, ele crê que a Justiça Federal teria que fazer um trabalho de "formiguinha" para que a população compreendesse a novidade. "Eles precisam fazer um trabalho de esclarecimentos para passar a mensagem ao eleitor que é uma proposta boa de mandato, de disputa eleitoral. Não adianta nós, de mandatos coletivos, irmos de porta em porta explicar. O TSE também precisa fazer com que as pessoas entendam. Isso pode ter prejudicado a nossa campanha", pontua.